

## O ENADE cumpriu seus objetivos originais?

por Maurício Garcia\*

A recente divulgação pelo MEC dos conceitos obtidos pelos alunos do ensino superior no chamado ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes foi uma oportunidade para analisar o cumprimento de seus objetivos originais. Afinal, interromper o então ENC – Exame Nacional de Cursos, o “Provão”, foi uma medida um tanto radical e alvo de muitas críticas, especialmente aquelas que condenam uma prática tradicional em nosso País, que se caracteriza pela ruptura de políticas dos governos anteriores pelos novos ocupantes dos cargos públicos, o que impede a continuidade de longo prazo tão necessária.

Quando o novo Governo assumiu, os políticos do MEC afirmavam que o “Provão” era uma avaliação imprecisa e precisava ser interrompido, pois ia ser substituído por um novo sistema, mais amplo e mais preciso, o ENADE. Gostaria, assim, de analisar a seguir alguns dos argumentos apresentados para essa mudança e o que de fato aconteceu.

**1) Avaliação isolada:** segundo o novo MEC, o Provão media apenas o “produto final” e isso não podia ser a expressão correta da qualidade de cada instituição. A avaliação deveria ser algo muito mais abrangente. O governo anterior discordava desse argumento, pois de fato havia outro tipo de avaliação, a chamada ACE (Avaliação das Condições de Ensino), que estava ocorrendo regularmente, era apenas uma questão de divulgação junto à imprensa, a qual sempre teve uma preferência maior em divulgar o Provão do que a ACE. Assim, esse governo está repetindo o erro do governo anterior, ou seja, ao disponibilizar no seu site o resultado do ENADE de todas as instituições, de forma isolada, ele está permitindo que a imprensa volte a divulgar apenas a nota do exame, dissociada da ACE, a qual continua existindo. Se o governo de fato quisesse que a avaliação fosse algo mais amplo, ele só deveria divulgar os resultados do ENADE para a imprensa quando tivesse concluída a avaliação completa proposta pelo SINAES, a qual a cada dia parece mais distante de ser concretizada.

**2) O exame mede o aluno, não o curso:** o novo MEC argumentou exaustivamente que o curso não pode ser avaliado pelo desempenho de seus alunos. Para ele, o exame mede o aluno, não o curso. Tanto é que o nome do exame mudou de “Exame Nacional de Cursos” para “Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes” justamente por esse motivo. Todavia, em uma rápida visita no site do ENADE (<http://www.inep.gov.br/superior/enade>) é possível identificar o link para acesso aos resultados do exame que diz, com todas as letras: “Tabela de desempenho e de conceitos dos cursos (grifo meu) - ENADE 2004 (Arquivo Excel)”. Deu na mesma...

**3) Não deve haver ranqueamento:** ainda segundo o novo MEC, estaria errado o governo promover a elaboração de listas e rankings. Isso não seria, segundo seus argumentos, compatível com os “compromissos sociais” das instituições de ensino. Entretanto, a prática do MEC não coincidiu com o discurso. A lista divulgada no site do INEP é um claro ranqueamento, muito mais detalhado que as listas do governo anterior. No governo passado, as instituições eram classificadas com letras (A, B, C, D e E) e dentro de uma mesma letra não era possível saber quem vinha antes e quem vinha depois, ou seja, as instituições nota A eram todas iguais, as B iguais, e assim por diante. O novo governo divulgou uma lista em que é detalhada a nota de cada um. Por exemplo, o conceito 5 do ENADE (correspondente ao A do Provão) é atribuído para instituições que tiraram notas entre 4 e 5. O governo anterior divulgava apenas o conceito, não a nota. Esse governo divulga tanto a nota quanto

o conceito. Assim, é possível fazer um sub-ranking dentre as instituições A, B, etc... Resumindo, é um ranking muito mais detalhado que ocorria no governo anterior.

**4) O Provão não mede o valor agregado:** diziam os representantes do novo MEC, logo após assumirem, que o Provão não media o esforço da instituição, ou seja, não avaliava o valor agregado, o mérito institucional. A proposta deles, assim, foi incluir os ingressantes também nessa avaliação. Antes de tudo, é desnecessária essa inclusão, pois bastava usar o resultado do ENEM. Além disso, não há como comparar os ingressantes com os concluintes, se são pessoas diferentes. Teria que ser feito com a mesma pessoa, no momento que entra e no momento que sai, algo operacionalmente quase impossível em termos de abrangência nacional. Todavia, o mais gritante foi o grosseiro erro matemático que foi cometido no cálculo do conceito final. Para se medir o valor agregado o correto seria dividir a nota do concluinte pela nota do ingressante. Ao invés disso, porém, o MEC fez a soma da nota do concluinte com a nota do ingressante. Isso é uma barbaridade matemática, pois ao invés de medir o valor agregado, essa soma apenas acentua o erro do Provão, pois privilegia mais ainda as instituições que já recebem alunos mais qualificados.

Um ditado bastante sábio diz: “Aquele que não conhece os erros do passado está condenado a repeti-los”. Quando será que iremos acabar com essa prática de, a cada governo, começar tudo de novo?